

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito da ____ Vara Cível da Circunscrição Judiciária de XXXXXXXX/DF.

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da CI n.º XXXXXXXX SSP/DF, inscrito no CPF sob o n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXX/DF, CEP XXXXXXXX, telefones XXXXXXXXXXXX, vem respeitosamente à presença de V.Ex.a, por intermédio da *Defensoria Pública do Distrito Federal*, propor a presente

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (pelo rito sumário)

em face da empresa **XXXXXXXXXX**, CNPJ nº XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX/DF, CEP XXXXXXXX, representada por sua sócia-gerente Fulano de tal, CPF nº XXXXXXXXXXXX, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

I - DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL

A presente lide versa sobre reparação de danos causados em acidente de veículos. Em tais casos, o autor da ação pode optar por ajuizar a ação no foro do seu domicílio, no foro do lugar do fato ou no foro do domicílio do réu, segundo faculdade instituída no art. XX, parágrafo único, do CPC:

Valendo-se da faculdade expressa na norma acima transcrita, o

autor opta por ajuizar a ação no foro do local do fato.

II - DA NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO

O art. 206, § 3º, V, do Código Civil, dispõe que a pretensão de reparação civil prescreve em três anos.

O acidente que constitui a causa de pedir na presente ação ocorreu em 12/12/2002, ou seja, há mais de três anos, donde poder-se-ia indagar acerca da ocorrência de prescrição.

Entretanto, **o fato que constitui a causa de pedir na presente ação foi objeto de persecução criminal, e quando a ação se origina de fato que deva ser apurado no juízo criminal, a prescrição não ocorre enquanto não transitar em julgado a sentença criminal**. Trata-se de fato impeditivo do curso da prescrição. Este é o teor da norma contida no art. 200 do Código Civil:

Art. 200. "Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva"

Acerca da correta interpretação do art. 200 do CC, transcrevemos a esclarecedora lição do insigne Rui Stocco:

Prescrição na hipótese de fato que deva ser apurado no juízo criminal – Transito em julgado da sentença criminal como marco inicial (art. 200 do Código Civil)

Nas hipóteses de pretensão de reparação civil o Código Civil de 2002 trouxe alterações significativas no que pertine à prescrição e decadência, como de resto, na previsão dos prazos prescricionais, sensivelmente reduzidos. O art. 200 contém inovação importantíssima quando preceitua:

"Art. 200. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva".

(...)

Portanto, o art. 200 do Código Civil não encerra, propriamente, hipótese de questão prejudicial. É certo que a redação do preceito é de difícil entendimento e complexa exegese, por falta de rigor técnico. Mas, em primeira análise, ainda superficial, incluindo no texto tanto quanto está em eclipse, entende-se que o sentido da oração é o seguinte:

“Quando a ação (conduta) se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição (no cível) antes da respectiva sentença definitiva”.

O texto apenas assegurou que a prescrição não corre antes do trânsito em julgado da sentença penal que, portanto, passa a ser o seu marco inicial.

Todavia nada impede que o interessado ingresse com a ação civil, independente do resultado da ação penal, por força do princípio da independência das instâncias, sendo certo, ainda, que o ilícito civil é um *minus* em relação ao ilícito penal, de modo que a conduta pode não configurar ilícito penal, mas caracterizar o ilícito civil.

Entretanto, se o interessado preferir aguardar o desfecho da ação penal para, só então, ingressar no juízo cível, apenas para executar o valor da reparação, nos termos do art. 63 do Código de Processo Penal, terá assegurado que o prazo prescricional não terá início até o julgamento definitivo no âmbito criminal.

Pensamos que a previsão contida no art. 200 traduz o reconhecimento do legislador do que os nossos pretórios já haviam assentado, como se verifica em inúmeros julgados dos tribunais superiores, notadamente da Suprema Corte.

Como se verifica, a lei civil fez apenas uma releitura e atualização de quanto a doutrina e a jurisprudência já haviam consagrado e pacificado, seja quando se manifestou no sentido de que “ se o pedido de reintegração do servidor público se funda na absolvição criminal, desta última é que se conta o prazo de prescrição” (STF, 1ª. T., RE, Rel. Min. Rafael Mayer, RJTJSP 82/162), seja quando firmou o entendimento de que “ a prescrição da ação contra demissão de funcionário público por motivo de infração penal só começa a correr a partir da sentença proferida na ação criminal” (STF, 1ª T., RE, Rel Min. Oscar Corrêa, j .

15.04.1986, DJU 02.05.1986 e RT 608/258).

No mesmo sentido: STF, RTJ 53/820 e RJTJSP 45/95.

Aliás, em remate, cabe registrar que a Lei das Sociedades Anônimas (Lei n. 6.404, de 15.12.1976) já havia adotado esse critério, tanto que seu art. 288 dispõe:

“ Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não ocorrerá prescrição antes da respectiva sentença definitiva, ou da prescrição da ação penal”.

(STOC0, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil, 6ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004, p. 201 a 203)

Com relação ao processo criminal instaurado para apurar a ocorrência de crime na causação do acidente, cumpre informar que a instauração ocorreu no início de 2003, e que no dia 07/08/2006 o MM Juiz da XXVara Criminal declarou, com base no art. 89, § 1º, da Lei nº 9.099/95, a suspensão condicional do processo por dois anos (cópias anexas). Portanto, é manifesta a não ocorrência de prescrição, cujo prazo sequer começou a correr, nos termos do art. 200 do Código Civil.

III - DOS FATOS

No dia XX/XX/XXXX, por volta de XXhXXmin, o autor conduzia a motocicleta XXXXXXXX, placa XXXXXX pela avenida XXXXXXXXI, nas proximidades do cruzamento com a avenida XXXXXXXX, quando colidiu com o caminhão XXXXXXXX, placa XXXXXX, conduzido por Fulano de tal, portador do RG nº XXXXXX SSP/DF e do CPF nº XXXXX, CNH nº XXXXX, DETRAN/DF, categoria "E".

Conforme apurado na esfera policial e na instrução do processo criminal nº XXXXXXXX - Xª Vara Criminal da XXXXXXXX (cópias anexas), a dinâmica do acidente deu-se da seguinte forma: o motorista do caminhão conduzia o seu veículo pela Via XX, no sentido XXX, e na altura do

cruzamento desta via com a avenida XXXX, agindo imprudentemente, efetuou manobra proibida, consistente em conversão à esquerda, passando a trafegar indevidamente na avenida XXXX, no momento em que o semáforo autorizava o trânsito pelo cruzamento daqueles que seguiam na direção XXXX da Via XX.

O autor, por sua vez, seguia na direção XXXX da Via XX e no cruzamento desta via com a avenida XXXXX foi surpreendido pela presença do caminhão cruzando indevidamente a via XX, na frente de sua moto. O autor não teve chances de desviar-se do caminhão, apesar de ter acionado os freios, e ocorreu a colisão. O local do acidente encontra-se fielmente retratado no laudo e croqui anexos, elaborados pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil do DF.

A culpabilidade do motorista do caminhão na causação do acidente é evidente, pois ele agiu de forma imprudente ao efetuar manobra proibida de conversão à esquerda e a seguir atravessar o cruzamento da avenida XXXX com a Via XX no momento em que o semáforo proibia a sua passagem pelo cruzamento.

No processo criminal, em audiência realizada no dia XX/XX/XXXX, o motorista do caminhão aceitou a proposta de suspensão condicional do processo por dois anos, bem como as condições a serem observadas no “período de prova” (cópia anexa).

No âmbito civil, a reparação dos danos causados injustamente ao autor deve ser suportada não só pelo condutor do caminhão, mas também pela empresa ré, em razão de sua condição de proprietária do caminhão e empregadora do condutor do caminhão, à época dos fatos

A responsabilidade do proprietário do veículo é solidária e está assentada de forma pacífica na jurisprudência. A responsabilidade do empregador pelos atos ilícitos de seus prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, é igualmente solidária e está assentada no art. 1521, III, c/c art. 1518, § único, do Código Civil de 1916 (vigente à época dos fatos). Como o condutor do veículo causador do acidente não possui condições financeiras de suportar a indenização devida, o autor opta por mover a

presente ação apenas em face do empregador e proprietário do veículo, que é notoriamente solvente.

Os danos físicos e morais causados ao autor em decorrência do acidente foram extremamente intensos, conforme passamos a relatar.

O Laudo de Exame de Corpo de delito nº XXXXXX, emitido Pela Polícia Civil do Distrito Federal, descreve as lesões sofridas pelo requerente: *"perda de substância em região inguinal e períneal extensa, com fratura de bacia. Foi submetido a procedimentos cirúrgicos diversos inclusive colostomia"*.

O relatório Médico emitido pelo Hospital de XXXXXXXX em XX de XXXXXX de XXXXX, cópia anexa, informa que *"exames físico e complementares realizados demonstraram Trauma períneal com laceração esfínteriana com hipotonia severa de ambos os esfínteres anais e consequente incontinência"*.

O autor foi submetido a colostomia e procedimento plástico em região perineal. A colostomia é um procedimento cirúrgico pelo qual se faz a abertura da parede cólica, a qual é exteriorizada através da parede abdominal, por onde são eliminados os gases e as fezes.

A literatura médica tem relatado as dificuldades de adaptação para os pacientes colostomizados com base no significado do controle esfínteriano, eliminação das fezes e flatos. O processo de socialização, pós-operatório tem sido descrito como traumático, tanto pela perda de um corpo fisiologicamente perfeito, como pela impossibilidade de controlar o processo de eliminação das fezes e flatos, acrescido, ainda, pelo desconforto de ter como peça acessória, grudada ao corpo, a bolsa de colostomia, que provoca diferentes efeitos colaterais;

O sofrimento moral e o desconforto físico têm feito parte da rotina do autor, um homem jovem, que aos vinte e sete anos se viu impossibilitado de reger seu próprio corpo. Os danos provocados a sua auto-estima são irreparáveis. Primeiro pelo desconforto para conviver, em público, com o mau cheiro de suas próprias fezes, que são expelidas a

qualquer hora e lugar, sem o seu controle, e em segundo, que, em face de suas limitações fisiológicas, não consegue exercer atividade laborativa.

Para além dos sofrimentos já relacionados, o autor tem apresentados vários outros sintomas clínicos após o acidente. Conforme Conclusão do Laudo de Exame Eletroencefalográfico, cópia anexa, há evidências de *"alterações de condução nervosa compatíveis com Mononeuropatia do nervo Ciático esquerdo a nível proximal da coxa (ou bacia), com comprometimento mais severo da porção lateral que origina o nervo Peroneal (ausência de atividade motora), e de grau leve na porção medial (Tibial) com sinais de reinervação neste último"*. Este quadro causa dificuldades de locomoção exigindo o amparo de muleta, causando-lhe maiores danos morais, em face da perda da autonomia de mais uma das funções de seu corpo.

Sem condições para o trabalho, consequência das lesões que dilaceraram seu corpo, quando da colisão, vivendo de auxílio doença, e na iminência de ser aposentado, conforme requerimento nº XXXXXX da Previdência Social, cópia anexa, o autor tem apresentado desgastes emocionais profundos, os quais devem ser reparados conforme previsão legal garantida às vítimas de danos morais.

IV - DO DIREITO

A Constituição Federal de 1988 consagra em seu artigo 5º, inciso X, a tutela do direito à indenização por dano moral decorrente da violação de predicados fundamentais da pessoa humana, *in verbis*:

Art. 5º.

(...)

X- são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; (...)"

A prática de ato ilícito que acarrete dano a outrem sujeita o

autor do ato a reparar o dano, segundo os ditames do art. 159 do Código Civil de 1916, vigente à época dos fatos:

Art. 159. “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano”.

No caso vertente, o Sr. XXXXXX, motorista do caminhão causador do acidente, efetuou conversão proibida à esquerda, e logo a seguir avançou sinal vermelho. Com sua conduta imprudente, o motorista violou as seguintes normas de trânsito positivadas no Código de Trânsito Brasileiro, causando gravíssimos danos ao autor:

Art. 34. “O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.”

Art. 207. “Executar operação de conversão à direita ou à esquerda em locais proibidos pela sinalização:
Infração - grave;
Penalidade - multa.”

Art. 208. “Avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória:
Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.”

A empresa ré é responsável solidária pela reparação dos danos morais causados ao autor, em face de sua condição de empregadora e proprietária do caminhão conduzido pelo infrator XXXX.

Com efeito, a doutrina e a jurisprudência assentaram que é solidária a responsabilidade do proprietário do veículo relativamente aos danos causados pelo motorista em acidentes no trânsito, não se exigindo sequer a existência de culpa, o que de per si caracteriza a legitimidade passiva ad causam.

É que em casos como o vertente, incide a responsabilidade indireta, complexa, decorrente de fato de terceiro ou da coisa, analogicamente ao disposto no artigo 1.521 do Código Civil de 1916, vigente à época dos fatos.

Nesse sentido leciona o mestre Rui Stoco, pg. 778, ob. cit., verbis:

"Em decorrência pela responsabilidade pelo fato da coisa, cujo fundamento jurídico reside na guarda da coisa, firmou-se o entendimento que o dono do veículo responde sempre pelos atos culposos de terceiro a quem o entregou, seja preposto ou não. A responsabilidade do proprietário do veículo não resulta de culpa alguma, direta ou indireta."

O eminente Arnaldo Rizzardo tece pertinentes considerações acerca do fundamento da responsabilidade do proprietário do veículo envolvido em acidente de trânsito:

"Razões de ordem objetiva fizeram prevalecer a responsabilidade do proprietário do veículo causador do dano. A vítima fica bastante insegura ao acontecer o evento diante do anonimato da culpa, problema cada vez mais acentuado, pois enormes são as dificuldades na apuração do fato. A garantia da segurança do patrimônio próprio, a tentativa de afastar as fraudes, a ameaça do não ressarcimento dos prejuízos sofridos e o frequente estado de insolvência do autor material do ato lesivo somam-se entre os argumentos a favor da responsabilidade civil do proprietário, toda vez que terceiro, na direção de um veículo, ocasiona ilegalmente um prejuízo a alguém. O responsável pode ser estranho ao ato danoso, como quando não há nenhuma relação jurídica com o autor material". RIZZARDO, Arnaldo. A Reparação nos Acidentes de Trânsito. Página 75. Editora Revista dos Tribunais. 8a edição, (original sem destaques).

Quanto à responsabilização da empregadora por atos dos seus prepostos que causem danos a terceiros, está claramente definida no art.

1521, c/c art. 1.518, do Código Civil de 1916:

Art. 1.521. “São também responsáveis pela reparação civil:
(...)

III- o patrão, amo ou comitente, por seus empregadores, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou por ocasião dele (art. 1522).

Art. 1.518. (...)

Parágrafo único. São solidariamente responsáveis com os autores os cúmplices e as pessoas designadas no art. 1.521.”

Desta forma, ao permitir fosse o veículo conduzido por seu preposto, assumiu o empregador/proprietário o risco pelos danos que ele viesse, como de fato veio a causar, pelo quê se há de imputar-lhe solidariamente a responsabilidade pela conduta do motorista.

V - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

- a) os benefícios da justiça gratuita, na forma do art. 4º da Lei n.º 1060/50;
- b) a citação dos réus para responderem aos termos da presente ação, no prazo legal, sob pena de revelia;
- c) a condenação das rés ao pagamento de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, no valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXX), considerando os gravíssimos danos físicos permanentes impostos ao autor e a capacidade econômica do responsável pela reparação;
- d) a condenação das rés ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes a serem revertidos em favor do PROJUR – Programa de Assistência Judiciária do Distrito Federal (art. 5º, inciso II, da Lei Distrital nº 2.131/98), devendo ser recolhidos junto ao Banco XXXX, mediante DAR – Documento de Arrecadação, com o **código de receita XXXX – Honorários Advogado/Prog. Assist. Judic. – PROJUR;**

Protesta provar o alegado por meio de todas as provas em direito admissíveis, notadamente prova documental acostada à inicial e oitiva das testemunhas constantes do rol anexo.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXX (XXXXXX).

Nestes termos

Pede deferimento.

XXXXXXXX/DF, XX de XXXXXXX de XXXXXX.

FULANO DE TAL
Defensor Público

Rol de Testemunhas:

Testemunha: Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão.

Endereço: XXXXXXXX – DF, CEP XXXXXX.

Telefone: XXXXXXXXXXXX

Testemunha: Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão.

Endereço: XXXXXXXXXXXX – DF, CEP XXXXXXXXXXXX.

Telefone: XXXXXXXX